

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
BIBLIOTECA PROF. BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA
“INFORME SEBIB Nº. 08”

A Seção de Biblioteca recebeu os seguintes periódicos:

REVISTA DIALÉTICA DE DIREITO PROCESSUAL Nº 62 – maio/2008

SUMÁRIO

- O novo Código Civil e as alterações do instituto da denunciação da lide, de “lege ferenda” – *Athos Gusmão Carneiro*
- Aspectos da ação de interdição – *Eduardo Henrique de Oliveira Yoshikawa*
- Sobre o agravo interno e sua obrigatoriedade frente ao prévio esgotamento dos recursos ordinários. Uma proposta de reflexão de acordo com a Súmula 281 do STF – *Fernando Barroso de Deus*
- A interpretação da sentença civil – *João Francisco Naves da Fonseca*
- Novas reflexões sobre os embargos à execução fiscal: desnecessidade de prévia garantia do juízo e casos de efeito suspensivo automático – *Leonardo José carneiro da Cunha*
- A tutela antecipada e o microssistema de locações prediais urbanas – *Luiz Roberto Hijo Sampietro*
- Embargos declaratórios na hipótese de erro de fato – *Nelson Monteiro Neto*
- Análise sistemática dos efeitos da apelação – *Nelson Rodrigues Netto*
- Publicização das hastas públicas no novo processo de execução – *Pedro Miranda de Oliveira*
- A Lei nº 11.382/06 e os embargos à execução fiscal – *Ricardos Almagro Vitoriano Cunha*

REVISTA DIALÉTICA DE DIREITO TRIBUTARIO Nº152 – maio/2008

- A inexistência de correlação lógica entre a inclusão do nome do sócio na CDA (= causa) e a inversão do ônus da prova da ausência dos requisitos do art. 135 do CTN (= efeito) – *Alexandre Macedo Tavares*
- A nova execução fiscal – *Anderson Furlan*
- A imunidade das receitas decorrentes de exportação – *André Folloni*
- Natureza jurídica da obrigação tributária – *Aurélio Pitanga Seixas Filho*
- Crédito tributário: a medida liminar como forma de reflexão sobre a legalidade da “incidência jurídica” e a suspensão da exigibilidade – *Eurico Marcos Diniz de Santi*
- A ADI nº 15 e a reabertura de prazos para repetição de indébito – *Gabriel Lacerda Troianelli*
- Juros de mora sobre multas tributárias. Ilegitimidade da contagem de prazo adotada – *Gilberto Rodrigues Gonçalves*
- Segurança jurídica e lei complementar – *Hugo de Brito Machado*
- Reestruturação societária com objetivos gerenciais sem ônus tributário – *Ives Gandra da Silva Martins, Rogério Gandra da Silva Martins e José Ruben Marone*
- A Majoração na alíquota da CSLL para as instituições financeiras e equiparadas e a afronta ao princípio da anterioridade perpetrada pelo inc. II do art. 18 da MP nº 413/08 – *Marcelo Fróes Del Fiorentino*

Os exemplares estão disponíveis para consulta dos interessados.

Salvador, 15 de maio de 2008